

LEI

Nº 660/73

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber, que a Câmara Municipal Decreta e eu Sancio no a seguinte Lei:

Artigo 1º - O PREFEITO MUNICIPAL, fica autorizado reconhecer dívida com a CEMAT, na importância de R\$ 68.340,01 (sessenta e oito mil trezentos e quarenta cruzeiros e um centavo), correspondente ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública e próprios municipais no período de Julho de 1972 a Dezembro de 1972.

Artigo 2º - Para pagamento da dívida reconhecida no artigo 1º, o Prefeito Municipal assinará Contrato de reescalonamento de débito em 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas, a partir da primeira quinzena de Abril.

§ 1º - O valor da primeira parcela será de R\$ 3.740,01 (três mil setecentos e quarenta cruzeiros e um centavo) e o valor das dezenove parcelas subsequentes será de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos cruzeiros).

§ 2º - A Prefeitura Municipal, oferece à CEMAT, como garantia de pagamento das obrigações contraidas neste artigo, os direitos sobre as quotas de sua participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei, no corrente exercício, correrão à conta de crédito especial que fica aberto, na importância de R\$ 30.940,01 (trinta mil novecentos e quarenta cruzeiros e um centavo) e que será coberto com anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente:

PODER EXECUTIVO - Secretaria de Administração

3.00.0 - Despesa Corrente

3.10.0 - Despesa de Gestão

3.13.0 - Serviços de Terceiros

4.03 - Energia Elétrica, gás, etc.

R\$ 30.940,01

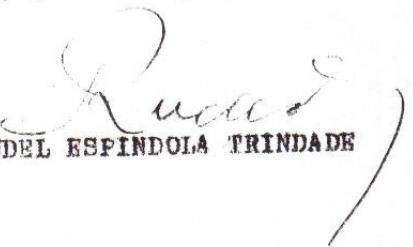
Continua ...

Continuação

Artigo 4º - O orçamento de 1974, consignará dotação própria para cobrir as despesas decorrentes com a execução desta Lei, naquele exercício.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA, 30 DE MARÇO DE 1973


RUDEL ESPINDOLA TRINDADE